



A EDUCAÇÃO BÁSICA NO PARANÁ PEDE SOCORRO! É PRECISO ENCERRAR O CICLO DE RETIRADA DE DIREITOS QUE COMEÇOU EM 2016

Desde 2016, os governos paranaenses (Richa e Ratinho Jr.) impõem aos(as) trabalhadores(as) da educação um período intenso de ataques e retirada de direitos.

Apesar de todo o trabalho desenvolvido nas escolas no período sanitário mais crítico que nossa geração já vivenciou, do investimento financeiro e pessoal que cada um e cada uma fez para atender os(as) estudantes, dos(as) funcionários(as) de escola terem colocado suas vidas em risco para atender a comunidade escolar, o governo virou as costas para esses(as) profissionais.

O PARANÁ ESTÁ ENTRE OS ESTADOS QUE MENOS AUMENTARAM O PERCENTUAL DE INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

Entre os anos de 2018 a 2021, o Paraná foi o quarto estado que menos aumentou o percentual de investimentos em educação. O primeiro estado foi Espírito Santo com o aumento de 81,6%, seguidos de Santa Catarina (64,5%) e Rondônia (57,9%). **No Paraná, a variação no aumento de investimentos foi de 7,9%**, só perdendo para o Rio Grande do Sul (4,8%), Maranhão (1,9%) e Rio de Janeiro (1,3%).

O ESTADO NÃO CUMPRIU OS 25% OBRIGATÓRIOS EM EDUCAÇÃO BÁSICA EM 2021

No ano de 2021 o Paraná não investiu o percentual mínimo estabelecido pela Constituição Estadual que é de 25% para educação básica. O que se investiu nesta etapa da educação foi na ordem de 23,1%.

Investimentos em Ed. Básica - PR	2018 (R\$)	2019 (R\$)	2020 (R\$)	2021 (R\$)
Com as perdas do Fundeb	7.953.756.859,13	7.947.245.843,19	8.506.551.851,55	9.123.578.807,43
Percentual Constitucional	25,51%	24,58%	26,32%	23,15%

SE CUMPRIR OS 25% NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM 2022, O GOVERNO TEM CONDIÇÕES DE PAGAR A DATA-BASE DEVIDA AOS(ÀS) TRABALHADORES(AS) DA EDUCAÇÃO

Para cumprir a lei constitucional, o estado teria que aumentar os investimentos em educação básica em 26% na relação com 2021. Este percentual de 26% prevê a reposição de metade das perdas ocorridas em 2021, quando houve a desobrigação pela EC 119. **Como há a necessidade do aumento das receitas para que se cumpra a Constituição, haverá condições financeiras para que se pague a Data-base.**

O governo acumula uma dívida de data-base com os(as) servidores(as), num percentual de 36,56%. O não recebimento ocasionou para os(as) servidores(as), uma perda equivalente a R\$ 21 bi. Isso representa uma média de 11,03 remunerações deixadas de serem auferidas por cada um(a) dos(as) servidores(as) públicos(as). **É como se o(a) servidor(a) tivesse, nos últimos 5 anos, trabalhado um ano inteiro sem receber.**

Entre os valores devidos ao magistério, estão o residual da lei 18493/2015, que corresponde a 3,39% e a data-base de 2022, que é de 12,13%. O investimento para o pagamento de, pelo menos, estas duas dívidas históricas são de R\$ 1,19 bi, plenamente compatível com as finanças do estado e tendo em vista a necessidade de se cumprir o mínimo constitucional.

Pagamentos Devidos ao Magistério	Período	Custos (R\$)
Resíduo da Lei 18493/15 (3,39%)	Janeiro 2022	353.151.644,46
Data Base 2022 (12,13%)	Mai 2022	842.424.690,08
TOTAL		1.195.576.314,54

EM 2021, O PARANÁ REGISTROU UM SUPERAVIT DE R\$ 7,2 BILHÕES

O estado teve, em 2021, um crescimento de aproximadamente 17% da arrecadação de impostos em relação ao ano de 2020. No mesmo período, as despesas aumentaram apenas 6% e a folha dos(as) servidores(as) ativos(as) registrou queda de 2%. Ainda, o governo encerrou o ano de 2021 com R\$ 11 bi em caixa. Considerando os recursos

vinculados principalmente para saúde e educação no montante de R\$ 4 bi, o governo tem saldo livre para gastar onde quiser, mais de R\$ 7 bi.

O ESTADO, AINDA, ISENTOU EM R\$ 11,8 BILHÕES EMPRESÁRIOS(AS) E RURALISTAS EM 2021 E PREVÊ R\$ 17 BILHÕES PARA 2022

O governador Ratinho Jr desonerou a receita estadual em R\$ 11 bi em 2020, R\$ 11,8 bi em 2021 e prevê a desoneração de R\$ 17,4 bi este ano, segundo a LDO. A isenção fiscal impacta diretamente na arrecadação dos impostos destinados à educação. Calcula-se uma redução de cerca de R\$ 4 bi nos recursos educacionais por conta dessa desoneração fiscal.

COM OS RECURSOS DISPONÍVEIS PELO ESTADO SERIA POSSÍVEL O PAGAMENTO DE:

	Histórico/Situação	Reivindicação	Valores (R\$/Ano)
Seleção dos(as) PSS, apenas por prova de título	SEED realizou prova escrita na seleção para 2021 e anuncia para 2022 a inclusão de mais uma, desta vez no formato de prova didática.	Manter o processo de seleção como anteriormente feito, apenas por prova de títulos. O alto investimento para se realizar as provas objetivas e didáticas não se justifica. Os(as) selecionados(as) são os(as) que já atuam no estado.	Não há custo se for por prova de título. *Economia de R\$ 5,7 mi.
Licenças Especiais	Suspensão da concessão desde 2019. Pela Lei 217/2019 a licença especial foi substituída pela licença capacitação.	Liberação em 2022 de pelo menos 5 mil licenças especiais adquiridas até 2019.	58.000.000,00
Liberação para Mestrado e Doutorado	A última liberação aconteceu em 2016 através do edital 005.	Liberação para o segundo semestre de 2022 de, de pelo menos, 6 mil horas para cursar mestrado ou doutorado.	16.000.000,00
Liberação PDE	Suspensão da oferta do PDE em 2016. Há um acúmulo de 30 mil professores(as) aptos(as) a fazer o PDE e ascender na carreira.	Ampliação para 10 mil a oferta prevista em 2022, com edital específico para aproveitamento de mestrado e doutorado.	Sem custo nos próximos dois anos.
Promoções e Progressões	Alteração das promoções e progressões a partir da lei complementar 231/2020.	Considerar o tempo “congelado” pela LDO 2021 para cômputo de aquisição em 2021 e 2022. Implantação das promoções e progressões de 2021 e 2022.	156.000.000,00
Aposentados(as)	Redução da margem de isenção para cobrança do desconto previdenciário dos(as) aposentados(as).	Isentar do desconto previdenciário todos(as) aposentados(as) que recebem abaixo do Piso do INSS.	350.000.000,00
Funcionários(as) de Escola	Extinção dos cargos de Agente Educacional e terceirização pela Lei 20199/2020.	Revogar a lei 20199/2020 com imediata contratação de funcionários(as) da educação PSS e abertura de concurso para os cargos.	Com as terceirização: R\$ 535 mi. Com os(as) PSS/média: R\$ 320 mi. *Economia de R\$ 215 mi.

A EDUCAÇÃO NECESSITA DE RESPEITO E DE VALORIZAÇÃO!

A melhoria das condições salariais, de carreira e de formação, é imprescindível para uma maior qualidade da educação pública do Paraná. O Paraná tem recursos, como demonstrado aqui. Falta ao governador, vontade política para encerrar um ciclo que se estende por 6 anos e retomar, efetivamente, o diálogo e o respeito com os(as) trabalhadores(as) da educação.

Direção Estadual da APP-Sindicato